

a.obra.nasce

revista.de.arquitetura.e.urbanismo.da.universidade.fernando.pessoa

11

ficha técnica

Título | Serial title

A OBRA NASCE
revista de Arquitetura e Urbanismo
da Universidade Fernando Pessoa
nº11, dezembro de 2016

Edição | Publisher

edições Universidade Fernando Pessoa
Praça 9 de Abril, 349 | 4249-004 Porto
Tlf. +351 225 071 300 | Fax. +351 225 508 269
edicoes@ufp.pt | www.ufp.pt

Conselho Editorial | Editorial

Editor-in-Chief:

Luis Pinto de Faria (Professor Associado na Universidade Fernando Pessoa)

co-Editors:

Rui Leandro Maia (Professor Associado na Universidade Fernando Pessoa)

Sara Sucena (Professor Auxiliar na Universidade Fernando Pessoa)

Conselho Científico | Scientific Advisory Board

Antonella Violano (Facoltà di Architettura "Luigi Vanvitelli"
della Seconda Università degli Studi di Napoli)

Avelino Oliveira (Professor Auxiliar na Universidade Fernando Pessoa)

Clovis Ultramarí (Professor na Pontifícia Universidade Católica do Paraná)

Conceição Melo (Mestre em Projecto e Planeamento do Ambiente Urbano FAUP/FEUP)

João Castro Ferreira (Professor Auxiliar na Universidade Fernando Pessoa)

Luis Pinto de Faria (Professor Associado na Universidade Fernando Pessoa)

Miguel Branco Teixeira (Professor Auxiliar na Universidade Fernando Pessoa)

Paulo Castro Seixas (Professor Associado no ISCSP – Universidade de Lisboa)

Rui Leandro Maia (Professor Associado na Universidade Fernando Pessoa)

Sandra Treija (Vice-Dean of the Faculty of Architecture
and Urban Planning of Riga Technical University)

Sara Sucena (Professora Auxiliar na Universidade Fernando Pessoa)

Teresa Cáliz (Professora Auxiliar na Faculdade
de Arquitectura da Universidade do Porto)

Composição

Oficina Gráfica da Universidade Fernando Pessoa

ISSN

2183-427X

Reservados todos os direitos. Toda a reprodução ou transmissão, por qualquer forma, seja esta mecânica, electrónica, fotocópia, gravação ou qualquer outra, sem a prévia autorização escrita do autor e editor é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.

A capacidade transformadora da regeneração urbana

The transformative capacity of urban regeneration

Isabel Breda Vázquez

Professora com Agregação, Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto, Portugal
CITTA – Centro de Investigação do Território, Transportes e Ambiente, FEUP
ivazquez@fe.up.pt

RESUMO

As políticas de regeneração urbana têm-se caracterizado, nas últimas décadas, pela coexistência de diferentes iniciativas e instrumentos de intervenção, com características muito variadas. Tem-se mostrado, também, como nessa variedade de iniciativas, instrumentos e ações, se condensam diversos tipos de agendas, umas mais sectoriais outras mais integradoras, bem como diferentes modelos organizativos, contextos territoriais e escalas de intervenção.

Este artigo propõe-se abordar a questão da capacidade transformadora das políticas de regeneração urbana, tendo como pano de fundo este quadro de diversidade. Trata-se de mostrar que estas características são acompanhadas por dificuldades que condicionam significativamente a capacidade transformadora das estratégias de regeneração urbana. São aspetos críticos que justificam o papel de desafios específicos tendo em vista a melhoria da capacidade transformadora da regeneração urbana.

PALAVRAS-CHAVE

Regeneração Urbana; Diversidade; Capacidade Transformadora

ABSTRACT

Urban regeneration policies have been characterized, in recent decades, by the coexistence of different initiatives and instruments, with very diverse characteristics. It has been shown, too, as this variety of initiatives, actions and instruments, condense several kinds of agendas, some more sectorial other more comprehensive, as well as different organizational models, territorial contexts and scales for intervention.

This article intends to address the issue of the transformative capacity of urban regeneration policies, against the backdrop of this diversity. It shows that these characteristics are accompanied by difficulties which affect significantly the transformative ability of urban regeneration strategies. These critical aspects justify the role of specific challenges in order to improve the transformative capacity of urban regeneration.

KEYWORDS

Urban Regeneration; Diversity; Transformative Capacity

1. INTRODUÇÃO

A agenda da regeneração urbana mobiliza hoje a atenção das políticas urbanas em diversas cidades da União Europeia. A sua importância reflete os novos, e variados, problemas e desafios que se colocam à cidade existente, e é acompanhada pela coexistência de diferentes iniciativas e instrumentos de intervenção, com características muito diversas. A natureza complexa da regeneração urbana é hoje bem reconhecida.

É neste contexto que se considera oportuno refletir sobre a relação das iniciativas de regeneração urbana com os processos de mudança. Analisar criticamente a capacidade transformadora das políticas de regeneração urbana é, então, o objetivo principal deste artigo. Para isso, expõem-se as principais características das estratégias recentes de regeneração urbana, e analisam-se as dificuldades e as condicionantes específicas que lhes estão associadas. É perante este quadro crítico que serão apresentados, seguidamente, alguns desafios fundamentais para promover a desejável capacidade transformadora da regeneração urbana.

2. ESTRATÉGIAS E INICIATIVAS RECENTES DE REGENERAÇÃO URBANA: PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

A regeneração urbana tem desempenhado um papel-chave na transformação recente das políticas urbanas, quer ao nível das agendas quer no que respeita a novos modelos de ação e de organização institucional. A vasta e heterogênea literatura existente sobre as estratégias e iniciativas de regeneração urbana mostra, com clareza, a sua importância.

Em geral, as estratégias e iniciativas recentes de regeneração urbana, presentes no quadro europeu, podem ser caracterizadas por um conjunto de quatro dimensões principais. Com efeito, e em primeiro lugar, constata-se a existência de uma ampla variedade de agendas e de iniciativas de regeneração urbana (como mostram, entre outros, Breda-Vázquez et al., 2009; Couch et al., 2011; Shaw e Robinson, 2010). Esta diversidade revela a existência de diferentes tipos de objetivos com temporalidades, lógicas espaciais e formatos também muito diferenciados. Assim, por exemplo, coexistem ou

sucedem-se, no tempo e no espaço, iniciativas associadas a objetivos mais setoriais (intervensões que privilegiam uma dimensão física, ou funcional, ou social, ...) e iniciativas de carácter mais integrador; do ponto de vista espacial, encontram-se iniciativas de âmbito geral e outras mais associadas a áreas muito específicas, como é o caso dos chamados 'programas territorializados' (Lawless, 2011).

Assiste-se, em segundo lugar, à proliferação de novos modelos de ação e de organização institucional, com vários tipos de esferas (local, nacional, europeia, ...) e de agentes envolvidos nos processos de decisão e de implementação de programas/projetos de regeneração urbana (para uma revisão do debate associado ver, entre outros, Kokx, 2011 e Darchen, 2016). Esta crescente fragmentação e hibridização institucional associa-se à própria diversidade de agendas e modelos de ação, e ao modo como nestes intervêm diferentes esferas de decisão (e se definem novas relações de poder), e/ou se constroem novas formas de capacitação institucional, como evidenciam, entre outros, Bailey (2010) e Parés et al. (2014).

Em terceiro lugar, observa-se a natureza experimental, e dinâmica, das estratégias e dos vários programas de intervenção, nem sempre articulados entre si do ponto de vista funcional, processual e temporal. Essa experimentação procura dar resposta a novos contextos de transformação urbana, e associa-se, também, à importância que a inovação e a disseminação de 'boas práticas' assumem atualmente no contexto das políticas urbanas, como bem salientam Gonzalez (2011) e McCann e Ward (2012).

Por fim, a crescente influência europeia apresenta-se como característica importante das estratégias e experiências recentes de regeneração urbana. A europeização da regeneração urbana tem associada a difusão de modelos de ação muito específicos, do ponto de vista estratégico e institucional, contribuindo quer para a disseminação de 'boas práticas' quer para a importância de formas de ação baseadas na lógica particular dos instrumentos de financiamento (Breda-Vázquez et al., 2009; Couch et al., 2011; Dukes, 2008). Estes modelos de ação nem sempre se encontram articulados com os programas nacionais e locais de regeneração urbana, e suas formas de financiamento.

Este conjunto de dimensões características das estratégias e iniciativas recentes de regeneração urbana reflete um processo mais amplo de inovação e de transformação nas próprias políticas urbanas (e nas políticas públicas em geral), e enquadra-se num contexto de crescente complexidade e heterogeneidade dos problemas e dos desafios urbanos, e de incerteza quanto às suas dinâmicas futuras, como têm mostrado vários autores (ver, por exemplo, Jessop, 2016; MacLeod e Jones, 2011; McCann e Ward, 2010).

3. A CAPACIDADE TRANSFORMADORA DA REGENERAÇÃO URBANA: DIFICULDADES E CONFLITOS

O vasto debate crítico existente em torno da regeneração urbana mostra que as dimensões características salientadas são acompanhadas por dificuldades e conflitos que condicionam, significativamente, a capacidade transformadora das estratégias e dos modelos de ação. Interessa, por isso, conhecer melhor alguns dos temas críticos em debate.

São apontadas tensões e dificuldades relacionadas com a insuficiente articulação (em termos de coerência e de sinergia) de estratégias e objetivos muito diversificados e heterogêneos.

Mostra-se, por exemplo, a natureza conflitual associada à coexistência 'em paralelo' de diversas iniciativas de regeneração urbana com objetivos opostos ou mesmo excludentes. É o caso das intervenções dirigidas para objetivos de dinamização económica e de competitividade (como os chamados 'grandes projetos urbanos', ou como algumas estratégias 'empreendedoras' apoiadas no conceito de cidade criativa), e daquelas mais orientadas para objetivos de inclusão social.

Vários autores têm chamado a atenção para problemas de conciliação desses dois tipos de objetivos, dados os potenciais impactos do primeiro tipo de intervenções na intensificação das injustiças socioespaciais e na mitigação de resultados de estratégias sociais (ver, entre outros, Andersen e Ploger, 2007; Arbaci e Tapada-Bertelli, 2012; Bontje e Musterd, 2009; Colomb, 2007; North et al., 2009; Ponzini e Rossi, 2010; Pugalis, 2013; Shaw, 2013). Nesta discussão,

mostram-se as dificuldades acrescidas, num contexto de dualidade de objetivos, associadas aos consequentes modelos de governância 'duais': mesmo recorrendo a formas inovadoras (e episódicas) de governância, são óbvias as dificuldades em garantir o potencial transformativo de estratégias dirigidas para a inclusão social. Sublinham-se, também, as consequências de estratégias recentes dirigidas para a cidade criativa na intensificação de processos de (super) 'gentrificação', ampliando o intenso debate existente sobre as agendas ambíguas de diversificação social (ou de 'mix' social) que rodeiam algumas estratégias de regeneração urbana (como mostram, entre outros, Atkinson e Easthope, 2009; Bacqué et al., 2011; Bontje e Musterd, 2009; Lees, 2008; Rose et al. 2013).

São salientados, em segundo lugar, os limites da crescente pulverização institucional na regeneração urbana, do ponto de vista da sua governabilidade, de dificuldades relacionadas com a disseminação da inovação institucional e da aprendizagem, e da subalternização de capacidades agregadoras (ver, por exemplo, Allmendinger e Haughton, 2009; Bacqué e Biewener, 2013; Breda-Vazquez, Conceição e Fernandes, 2009; Brownill e Carpenter, 2009; Darchen, 2016). Chama-se a atenção, nomeadamente, para (i) os problemas de articulação entre diferentes 'níveis' de instituições (local, central, europeu,...) com responsabilidades na promoção das agendas de regeneração urbana e dos seus modelos de ação (mais gerais ou mais locais), (ii) as tensões associadas à coexistência de modelos institucionais mais coercivos ou mais participativos, (iii) a racionalidade crítica de arranjos institucionais baseados nos instrumentos de financiamento, e (iv) os problemas relacionados com a instabilidade (no tempo) de diferentes modelos e formas institucionais.

No debate crítico sobre a capacidade transformadora das iniciativas de regeneração urbana, é colocada em evidência, em terceiro lugar, a questão da relação ambígua entre os problemas existentes e os modelos de ação (Deas, 2012; Lawless e Beatty, 2013; Ponzini e Rossi, 2010; Pugalis, 2013). Em causa está o reconhecimento de insuficiências na identificação da diversidade de situações problemáticas e da sua natureza contextual, por um lado, e de ambiguidades decorrentes da utilização de modelos gerais de intervenção, com características e formas de ação nem sempre ajustadas

às características dos problemas e dos desafios, por outro lado. Chama-se a atenção, nomeadamente, para as distorções na 'identificação' adequada dos problemas que poderão decorrer da tendencial europeização dos modelos de intervenção e da difusão de 'boas práticas', como bem sublinham Musterd e Ostendorf (2008) e Gonzalez (2011). É interessante notar, a este propósito, o intenso debate crítico atualmente existente sobre a transferência de 'modelos' de política urbana, as suas premissas e os seus constrangimentos (Cook e Ward, 2011; McCann e Ward, 2012; Peck e Theodore, 2010).

Em síntese, o contexto geral de crescente diversidade, fragmentação e experimentação das políticas de regeneração urbana é acompanhado por vários tipos de constrangimentos e dificuldades que condicionam, significativamente, a capacidade transformadora das estratégias e dos modelos de ação. Os aspetos críticos estão associados, sobretudo, a incoerências do ponto de vista dos principais pressupostos que orientam as agendas da regeneração urbana, a dificuldades nas condições de governância, e a potenciais desajustamentos entre a natureza dos problemas e os modelos gerais de intervenção.

4. REGENERAÇÃO URBANA E CAPACIDADE TRANSFORMADORA: OS PRINCIPAIS DESAFIOS

As observações anteriores permitem sublinhar que uma reflexão prospetiva sobre a regeneração urbana e, em particular, sobre a sua desejável capacidade transformadora, deverá envolver desafios tanto de natureza institucional (a qualidade da governância) como associados ao sistema de valores que devem informar a natureza das problemáticas em jogo, e influenciar as agendas específicas e os seus resultados. Assim, numa perspetiva de promoção da capacidade das políticas de regeneração urbana para influenciar mudanças estratégicas e estruturantes (no sentido exposto em Healey, 2009), apresentam-se, a seguir, alguns desafios principais.

Desde logo, o desafio da promoção de 'capacidades integradoras' associadas a exigências de articulação das instituições e dos atores em jogo, e de coerência dos vários programas e das várias agendas, parece óbvio.

A relevância que tem vindo a ser atribuída, nas políticas urbanas, à questão da 'integração' é reveladora dessas preocupações mas também de responsabilidades específicas. Como salienta P. Healey, a palavra 'integração' tem múltiplos significados e, por outro lado, uma perspetiva integradora pode ser, ela própria, geradora de novas fronteiras e divisões, dado que as ligações estabelecidas numa dada direção 'fecham' oportunidades de ligação noutras direções. Por isso, os estudos que têm debatido a importância da construção de capacidades 'integradoras' nas políticas urbanas, e na regeneração urbana, referem a necessidade de influenciar e dinamizar a construção de capacidades coletivas locais. Sublinha-se a centralidade da *qualidade* da 'governância urbana' e a sua relação com processos micro e macro de capacitação institucional capazes de influenciar as agendas e dinamizar a mobilização de atores-chave em torno de problemas, compromissos ou estratégias comuns. O nível local apresenta-se, pois, como o 'espaço' privilegiado de agregação e de representação de múltiplos interesses, e de coordenação de diferentes programas e projetos. (MacCallum et al., 2009; Parés et al., 2014).

Neste contexto de centralidade da governância urbana torna-se importante salientar, também, a necessidade de aprofundar e clarificar o papel estratégico das políticas urbanas nacionais e, em articulação, o papel de 'redes multi-escalares' entre diferentes esferas institucionais (local, nacional, ...) para a disseminação da inovação e para a dinamização de estratégias locais (Darchen, 2016; McGuirk et al., 2016).

A articulação local das instituições e das iniciativas de regeneração urbana é um processo dinâmico e contínuo, facilitado por efeitos de sinergia decorrentes da interação entre agentes diversificados. Essa articulação tem subjacentes, por isso, capacidades individuais e coletivas, aprendizagem e experimentação. Estes aspetos tornam central o desafio de um processo de avaliação compreensiva, que dê valor à aprendizagem para a construção de oportunidades de interação e de dinamização de capacidades coletivas (Breda-Vázquez et al., 2010).

Salienta-se, por fim, o desafio associado ao aprofundamento dos debates em torno da maior especificação dos 'valores urbanos' que interessa produzir e atingir com a

regeneração urbana. Como salientam Albrechts (2010) e Fainstein (2010), as políticas urbanas devem ser uma condição necessária para se atingirem 'valores urbanos'.

A atenção corrente à necessidade de articulação e de coerência das várias iniciativas de regeneração urbana tem subalternizado este tipo de desafio relativamente a questões de natureza institucional (centradas, portanto, no 'processo'). Importa reconhecer que bons processos não significam, necessariamente, bons resultados. O foco nos sistemas de valores que informam as agendas de regeneração urbana e os seus efeitos (e, então, o tipo de problemas e de desafios que deverão justificar a regeneração urbana) deve tornar-se, assim, uma questão essencial para promover a sua capacidade transformadora. Este tipo de reflexão remete, necessariamente, para debates mais amplos em torno dos referenciais normativos que devem influenciar a construção de futuros urbanos, e então, as políticas urbanas.

BIBLIOGRAFIA

- Albrechts, L.** (2010). More of the same is not enough! How could strategic spatial planning be instrumental in dealing with the challenges ahead?, *Environment & Planning B: Planning and Design*, 37(6), pp. 1115–1127.
- Allmendinger, P. e Haughton, G.** (2009). Soft spaces, fuzzy boundaries, and metagovernance: the new spatial planning in the Thames Gateway, *Environment and Planning A*, 41(3), pp. 617–633.
- Andersen, J. e Ploger, J.** (2007). The Dualism of Urban Governance in Denmark, *European Planning Studies*, 15(10), pp. 1349–1367.
- Arbaci S. e Tapada-Berteli T** (2012) Social inequality and urban regeneration in Barcelona city centre: reconsidering success, *European Urban and Regional Studies*, 19(3), pp. 287–311.
- Atkinson, R. e Easthope, H.** (2009). The Consequences of the Creative Class: The Pursuit of Creativity Strategies in Australia's Cities, *International Journal of Urban and Regional Research*, 33(1), pp. 64–79.
- Breda-Vázquez, I., Conceição, P. e Fernandes, R.** (2009). Partnerships Diversity and Governance Culture: Evidences from Urban Regeneration Policies in Portugal, *Urban Studies*, 46(10), pp. 2213–2238.
- Breda-Vázquez, I., Conceição, P. e Mória, P.** (2010). Learning from urban policy diversity and complexity: Evaluation and knowledge sharing in urban policy, *Planning Theory & Practice*, 11(2), pp. 209–239.
- Bailey, N.** (2010). Understanding Community Empowerment in Urban Regeneration and Planning in England: Putting Policy and Practice in Context, *Planning Practice & Research*, 25(3), pp. 317–332.
- Bacqué, M-H., Fijalkow, Y., Launay, L. e Vermeersch, S.** (2011). Social Mix Policies in Paris: Discourses, Policies and Social Effects, *International Journal of Urban and Regional Research*, 35(2), pp. 256–273
- Bacqué, M-H. e Biewener, C.** (2013). Different Manifestations of the Concept of Empowerment: The Politics of Urban Renewal in the United States and the United Kingdom, *International Journal of Urban and Regional Research*, 37(6), pp. 219–2213.
- Bontje, M. e Musterd, S.** (2009). Creative industries, creative class and competitiveness: Expert opinions critically appraised, *Geoforum*, 40(5), pp. 843–852.
- Brownill, S. e Carpenter, J.** (2009). Governance and 'Integrated' Planning: The Case of Sustainable Communities in the Thames Gateway, England, *Urban Studies*, 46(2), pp. 251–274.
- Colomb, C.** (2007). Unpacking new labour's 'Urban Renaissance' agenda: Towards a socially sustainable reurbanization of British cities?, *Planning Practice and Research*, 22(1), pp. 1–24.
- Cook, I. e Ward, K.** (2011). Trans-urban Networks of Learning, Mega Events and Policy Tourism: The Case of Manchester's Commonwealth and Olympic Games Projects, *Urban Studies*, 48(12), pp. 2519–2535.

Couch, C., Sykes, O. e Borstinghaus, W. (2011). Thirty years of urban regeneration in Britain, Germany and France: The importance of context and path dependency, *Progress in Planning*, 75(1), pp. 1–52.

Darchen, S. (2016). Regeneration and networks in the Arts District (Los Angeles): Rethinking governance models in the production of urbanity, *Urban Studies*, online sept 27, pp. 1–20.

Davoudi, S. e Bell, D. (eds) (2016). *Justice and Fairness in the City: A Multi-Disciplinary Approach to 'Ordinary' Cities*, Bristol, Policy Press, University of Bristol.

Deas, I. (2012). Towards Post-political Consensus in Urban Policy? Localism and the Emerging Agenda for Regeneration under the Cameron Government, *Planning Practice and Research*, 28 (1), pp. 65–82.

Dukes, T. (2008). The URBAN programme and the European urban policy discourse: successful instruments to Europeanize the urban level?, *GeoJournal*, 72(1), pp. 105–119.

Fainstein, S. (2010). *The Just City*. Ithaca, NY: Cornell University Press.

González, S. (2011). Bilbao and Barcelona 'in Motion'. How Urban Regeneration 'Models' Travel and Mutate in the Global Flows of Policy Tourism, *Urban Studies*, 48(7), pp. 1397–1418.

Healey, P. (2009). In Search of the "Strategic" in Spatial Strategy Making, *Planning Theory & Practice*, 10(4), pp. 439–457.

Jessop, B. (2016). Territory, Politics, Governance and Multispatial Metagovernance, *Territory, Politics, Governance*, 4(1), pp. 8–32.

Kokx, R. (2011). Partnerships in Urban Restructuring: Building Long-term Relationships or a Pragmatic Managerial Tool? The Dutch Experience, *International Journal of Urban and Regional Research*, 35(5), pp. 1026–47.

Lawless, P. (2011). Understanding the scale and nature of outcome change in area-regeneration programmes: evidence for the New Deal for Communities programme in England, *Environment and Planning C: Government and Policy*, 29, pp. 520–532.

Lawless, P. e Beatty, C. (2013). Exploring change in local regeneration areas: evidence from the New Deal for Communities Programme in England, *Urban Studies*, 50(5), pp. 942–958.

Lees, L. (2008). Gentrification and Social Mixing: Towards an Inclusive Urban Renaissance?, *Urban Studies*, 45(12), pp. 2449–2470.

MacCallum, D., Moulaert, F., Hillier, J. e Haddock, S. (Eds.). (2009). *Social innovation and territorial development*. Farnham e Burlington, Ashgate.

MacLeod, G. e Jones, M. (2011). Renewing Urban Politics, *Urban Studies*, 48(12) pp. 2443–2472.

McCann, E., Ward, K. (2010). Relationality/territoriality: Toward a conceptualization of cities in the world, *Geoforum*, 41(2), pp. 175–184.

McCann, E. e Ward, K. (2012). Assembling Urbanism: Following Policies and 'Studying Through' the Sites and Situations of Policy Making, *Environment & Planning A*, 44 (1), pp. 42–51.

McGuirk, P., Mee, K. e Ruming, K. (2016). Assembling Urban Regeneration? Resourcing Critical Generative Accounts of Urban Regeneration through Assemblage, *Geography Compass*, 10(3), pp. 128–141.

Musterd, S. e Ostendorf, W. (2008). Integrated urban renewal in The Netherlands: a critical appraisal, *Urban Research & Practice*, 1(1), pp. 78–92.

North, D., Syrett, S., e Etherington, D. (2009). Tackling concentrated worklessness: integrating governance and policy across and within spatial scales, *Environment and Planning C: Government and Policy*, 27(6), pp. 1022–1039.

Parés, M., Martí-Costa, M. e Blanco, I. (2014). Geographies of governance: How place matters in urban regeneration policies, *Urban Studies*, 51(15), pp. 3250–3267.

Peck, J. & Theodore, N. (2010). Mobilizing policy: Models, methods, and mutations, *Geoforum*, 41(2), pp. 169–174.

Ponzini, D. e Rossi, U. (2010). Becoming a Creative City: The Entrepreneurial Mayor, Network Politics and the Promise of an Urban Renaissance, *Urban Studies*, 47(5), pp. 1037–1057.

Pugalis, L. (2013). Hitting the target but missing the point: the case of area-based regeneration, *Community Development*, 44(5), pp. 617–634.

Rose, D., Germain, A., Bacqué, M-H., Bridge, G., Fijalkaw, Y. e Slater, T. (2013). 'Social Mix' and Neighbourhood Revitalization in a Transatlantic Perspective: Comparing Local Policy Discourses and Expectations in Paris (France), Bristol (UK) and Montréal (Canada), *International Journal of Urban and Regional Research*, 37(2), pp. 430–450.

Shaw, K. e Robinson, E. (2010). UK urban regeneration policies in the early twenty-first century: continuity or change? In: *Town Planning Review*, 81(2), pp. 123–149.

Shaw, K. (2013). Docklands Dreamings: Illusions of Sustainability in the Melbourne Docks Redevelopment, *Urban Studies*, 50 (11), pp. 2158–2177

